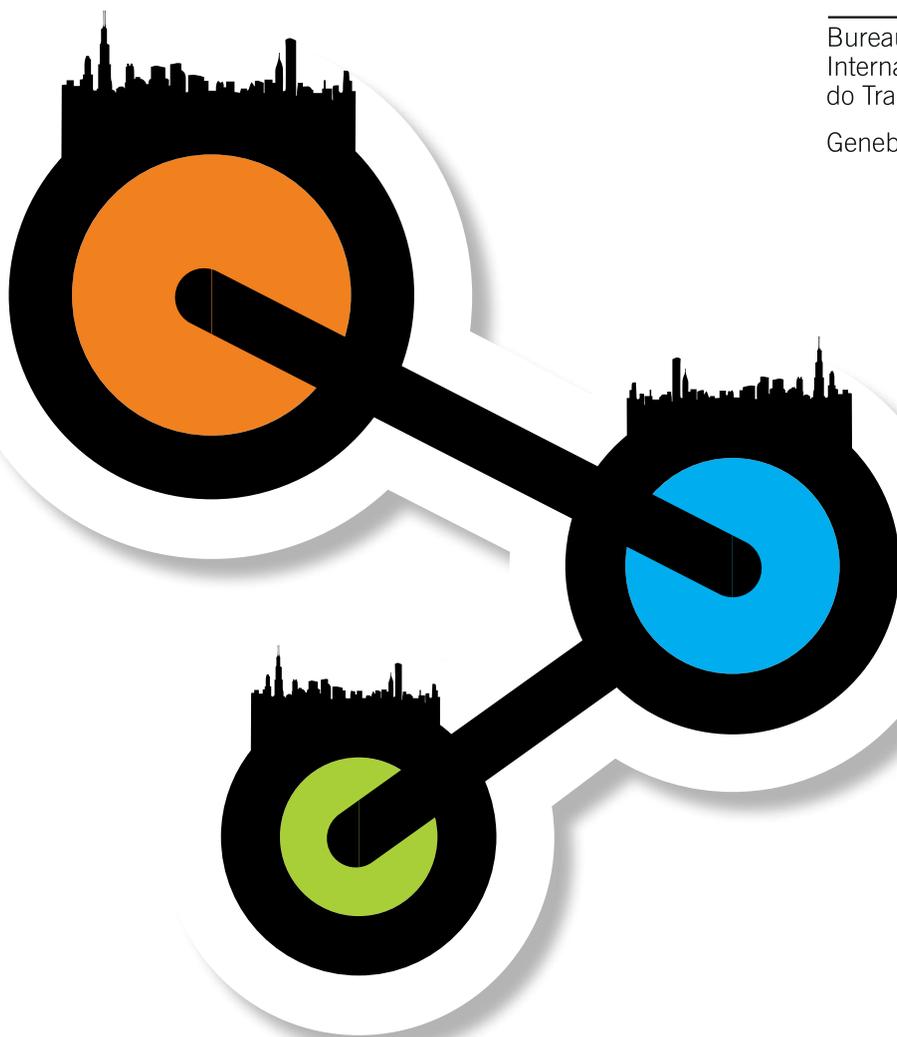




Bureau
International
do Trabalho

Genebra



A Cooperação Cidade-Cidade, Sul-Sul e Triangular

Departamento de Parcerias e Apoio de Campo
Bureau International do Trabalho

A Cooperação Cidade-Cidade, Sul-Sul e Triangular

Departamento de Parcerias e Apoio de Campo
Bureau Internacional do Trabalho

Copyright © Organização Internacional do Trabalho, 2013

Primeira edição 2013

As publicações do Bureau Internacional do Trabalho têm a proteção dos direitos de autor em virtude do protocolo n.º 2, anexo à Convenção Universal para a Proteção dos Direitos de Autor. No entanto, podem ser reproduzidos pequenos excertos sem autorização, desde que a fonte seja mencionada.

Todos os pedidos de autorização de reprodução ou tradução devem ser remetidos às Publicações do BIT (Direitos e Licenças), Bureau Internacional do Trabalho, CH-1211 Genebra 22, Suíça, ou através do correio eletrónico: pubdroit@ilo.org. Tais pedidos serão sempre bem recebidos.

As bibliotecas, instituições e outros utilizadores registados numa organização de direitos de reprodução podem fazer cópias, de acordo com as licenças emitidas para este fim. A instituição de direitos de reprodução do seu país pode ser encontrada no site www.ifrro.org.

Anita Amorim; Pierre Martinot-Lagarde

*A Cooperação Cidade-Cidade, Sul-Sul e Triangular
Genebra: OIT, 2013*

978-92-2-827993-1 (print)

978-92-2-827994-8 (web pdf)

978-92-2-827995-5 (CD-ROM)

Dados de Catalogação OIT

As designações constantes das publicações do BIT, que estão em conformidade com as normas das Nações Unidas, bem como a forma sob a qual figuram nas obras, não refletem necessariamente o ponto de vista do Bureau Internacional do Trabalho, relativamente à condição jurídica de determinado país, área ou território, ou respectivas autoridades, ou ainda relativamente à delimitação das respectivas fronteiras.

As opiniões expressas em artigos, estudos e outros documentos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, e a sua publicação não vincula o Bureau Internacional do Trabalho às opiniões neles expressas. A referência a nomes de empresas e produtos comerciais e processos, ou a sua omissão, não implica da parte do Bureau Internacional do Trabalho qualquer apreciação favorável ou desfavorável.

As publicações do Bureau Internacional do Trabalho podem ser adquiridas nas principais livrarias ou nos Escritórios locais do BIT. Também podem solicitar-se catálogos ou listas de novas publicações através da seguinte morada: Publicações do BIT, Bureau Internacional do Trabalho, CH-1211 Genebra 22, Suíça, pelo nosso endereço eletrónico: pubvente@ilo.org ou ainda no site: www.ilo.org/publns.

Design e impressão pelo Centro Internacional de Formação da OIT, Turim - Itália

Conteúdos

Prefácio.....	2
1. Promover a cooperação Sul-Sul entre as cidades para a promoção do Trabalho Decente	4
2. Desafios no encontro do mundo do trabalho com o mundo das cidades.....	10
Alterações Demográficas	11
Transição para a sustentabilidade ambiental	12
Novos aspectos da pobreza	13
Desigualdades, um desafio para a justiça social	15
3. Promover a cooperação cidade-cidade e Sul-Sul e o desenvolvimento económico e social local.....	16
4. Cooperação para o desenvolvimento económico e social local	20
Definição.....	20
Atores envolvidos no desenvolvimento económico e social local	23
Vínculo para a urbanização e descentralização	24
Vínculo para a informalidade	26
Cooperação cidade-cidade e economia solidária	28
Os setores da economia urbana e o desenvolvimento de iniciativas e ferramentas adequadas	30
Envolvimento da OIT no desenvolvimento económico e social	32
5. Cooperação cidade-cidade e desenvolvimento económico local – o caminho a seguir	36
Aprendizagem com pares em Maputo	39
Maputo, roteiro na Cooperação Sul-Sul e triangular para governos locais...	40
Cooperação cidade-cidade com feirantes	42
Conclusão	44
Recursos úteis.....	45

Prefácio



As frequentes crises econômicas mundiais colocaram o emprego no centro das estratégias de desenvolvimento local, nacional e internacional. Juntamente com as mudanças nos cenários geopolíticos e econômicos, isso fez aumentar muito a importância dos países do Sul Global nos processos de desenvolvimento. Os novos atores e as economias emergentes estão começando a definir a agenda de desenvolvimento; a tomada de decisão deslocou-se do G8 para o G20, e os termos “ajuda” e “assistência” foram substituídos por “parceria” e “cooperação”. As respostas inovadoras para os desafios globais estão chegando das potências emergentes do Sul, que estão se tornando parceiros estratégicos para outros países em desenvolvimento. A Cooperação Sul-Sul e os intercâmbios permitem que os países do Sul beneficiem das soluções desenvolvidas em contextos semelhantes aos seus, e, portanto, melhor adaptadas às suas realidades. O trabalho sustentável e decente para todos é fundamental para o mandato da OIT; a Cooperação Sul-Sul e triangular tem um papel fundamental a desempenhar neste contexto.

Igualmente importante, nos dias de hoje, é o papel estratégico das cidades como parceiras de outros atores políticos, incluindo os parceiros sociais, na agenda internacional de desenvolvimento. Os processos que acontecem no mundo são muitas vezes sentidos localmente: a globalização, as alterações climáticas, as evoluções demográficas e muitos outros.

As comunidades locais oferecem uma vasta gama de oportunidades para projetos inovadores, apoiando a criação de empregos e o desenvolvimento de empresas sustentáveis, a extensão da proteção social e da proteção dos princípios e direitos fundamentais no trabalho. O desenvolvimento econômico e social local e a participação ativa dos atores locais são essenciais para a implementação da Agenda do Trabalho Decente.

A experiência das cidades e das comunidades locais na economia ecológica, na erradicação da pobreza e na promoção da Agenda do Trabalho Decente tem sido fortemente reconhecida. A organização das Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) representa as vozes das

ciudades no cenário internacional e é uma parceira importante para desenvolver a cooperação entre as partes interessadas a nível local. A Cooperação Sul-Sul e Triangular vem ocorrendo há muito tempo entre as cidades. A OIT concordou na assinatura de um novo Memorando de Entendimento com a CGLU, em setembro de 2012, com especial interesse no desenvolvimento econômico e social local.

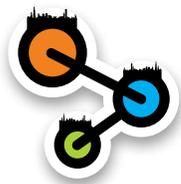
Este manual reconhece e incentiva novos desenvolvimentos nas áreas de cooperação Sul-Sul, desenvolvimento econômico e social local e cooperação cidade-cidade. Ele faz um balanço dos atuais desafios enfrentados no mundo do trabalho, que têm um grande impacto na vida econômica e desenvolvimento das cidades. Baseia-se na experiência existente e explora novos caminhos, tanto na Cooperação Sul-Sul como no desenvolvimento econômico e social local. Ele visa motivar e encorajar novas iniciativas, para as quais os cidadãos e seus governos locais podem e deverão contribuir.

O manual foi elaborado pela Unidade de Parcerias Emergentes e Especiais

do Departamento de Parcerias e Apoio de Campo da Organização Internacional do Trabalho. Foi coordenado por Anita Amorim e Pierre Martinot-Lagarde, com sugestões de Edmundo Werna e Roberto Di Meglio. A pesquisa foi dirigida por Iraís Martínez Esparza e também foram recebidos comentários de Andrew Dale.

Jürgen Schwettmann
Diretor, Departamento de Parcerias
e Apoio de Campo, OIT





1 Promover a Co entre as cidades do Trabalho De

“ *Todas as cidades grandes e pequenas são diferentes – e diferentes são também as suas soluções urbanas. No entanto, ver o que os outros fazem é sempre inspirador.*”¹

O desenvolvimento econômico e social local e a cooperação cidade-cidade estão ganhando visibilidade internacional. Quais são os desafios relacionados com o mundo do trabalho que as cidades e os seus cidadãos estão enfrentando atualmente? Como podem as cidades, os governos locais e seus parceiros aprender uns com os outros as boas práticas dentro de um quadro de cooperação Sul-Sul? Como podem as cidades, os governos locais e seus parceiros enfrentar os desafios do mundo do trabalho juntamente com o governo central e os parceiros sociais? Estas são as principais questões que este manual aborda para estimular ainda mais a Cooperação Sul-Sul e triangular entre as cidades para a promoção do Trabalho Decente. Ele também descreve as atuais iniciativas Sul-Sul já desenvolvidas pela Organização Internacional do Trabalho em parceria com Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU).

As respostas derivam da grande experiência na Cooperação Sul-Sul e o desenvolvimento econômico e social local e a partir de encontros do mundo das cidades com o mundo do trabalho. Em 2012, a organização das Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) e a Organização Internacional do Trabalho concordaram em cooperar na área de desenvolvimento econômico e social local. O Memorando de Entendimento previa a cooperação centrada “na contribuição

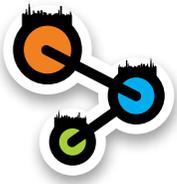
¹ Richard Dobson, ONG Asiye Tafulani, durante o workshop de Maputo.

operação Sul-Sul para a promoção cente



das cidades e dos governos locais para a promoção do trabalho decente, no contexto do Desenvolvimento Econômico Local (DEL) e em outros contextos eventualmente acordados, através: da promoção do emprego e das empresas sustentáveis, a promoção da proteção social, o desenvolvimento do diálogo social e da realização dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, especialmente a erradicação das piores formas de trabalho infantil”.

Atualmente, as cidades enfrentam uma série de desafios nos seus esforços para alcançarem o desenvolvimento econômico e social. A crise financeira global afetou os mercados de trabalho em todo o mundo. As perspectivas mundiais para a criação de emprego pioraram. Milhões de trabalhadores no mundo em desenvolvimento estão seriamente subempregados e estão envolvidos em atividades de sobrevivência com produtividade extremamente baixa. A taxa de desemprego deverá aumentar novamente e o número de desempregados em todo o mundo deverá atingir mais de 202 milhões em 2013 e deverá registrar um aumento adicional de mais 3 milhões em 2014. A situação é especialmente dramática para a juventude



mundial: atualmente, a nível mundial, cerca de **73,8 milhões** de jovens estão desempregados e a desaceleração da atividade econômica deverá gerar mais meio milhão de desempregados em 2014. Desde 2008, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas. As cidades estão, portanto, na linha da frente da crise do emprego e do trabalho decente. Os desafios comuns são apresentados com maior detalhe na secção I.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a agência das Nações Unidas dedicada à promoção de oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Os seus principais objetivos são promover os direitos no trabalho, incentivar oportunidades de trabalho decente, melhorar a proteção social e reforçar o diálogo no tratamento das questões relacionadas ao trabalho. A OIT é a única agência tripartida das Nações Unidas, que reúne representantes de governos, empregadores e trabalhadores para em conjunto definirem políticas e programas.

A Cooperação Sul-Sul e triangular (CSST) pode ser considerada como um meio para alcançar formas eficientes e de baixo custo para a divulgação de soluções em matéria de desenvolvimento. Seguindo a tendência de incorporar os países do Sul Global na agenda de desenvolvimento internacional, a CSST pode ser usada como uma abordagem através da qual a cooperação regional ajuda a compartilhar conhecimentos, experiências e boas práticas e auxilia no desenvolvimento de capacidades, transferência de tecnologia e até mesmo na mobilização de recursos. A CSST ganhou visibilidade há cerca de uma década atrás, como um quadro de cooperação para o desenvolvimento². Mas a cooperação entre os países é o único tipo que tem sido bem documentada.

² Na Assembleia-Geral, em 2004, o Comitê de Alto Nível da Revisão da Cooperação Técnica entre Países em desenvolvimento tornou-se o Comitê de Alto Nível da Cooperação Sul-Sul. A Revisão da Política Global Trienal, adotada pela Assembleia Geral da ONU, em 2007, também reafirma a importância crescente da CSST. Em dezembro de 2009, a Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, realizada em Nairobi, deu um grande impulso político para a CSST, solicitando às organizações do sistema das Nações Unidas para fazerem esforços adicionais para assegurar o cumprimento das expectativas dos Estados-Membros em relação ao apoio a tal cooperação.



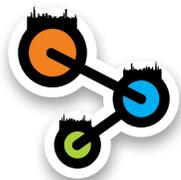
Neste sentido, a OIT tem enfatizado o seu apoio para a promoção da Cooperação Sul-Sul e triangular através da adoção pelo seu Conselho de Administração da estratégia intitulada “**Cooperação Sul-Sul e triangular: o caminho a seguir**”.³ A integração de novos parceiros e o reforço da cooperação entre os países do Sul é um dos principais objetivos incluídos nesta estratégia, com base nos princípios da solidariedade e da não-condicionalidade. A OIT reconhece que a cooperação entre iguais tem um enorme potencial para ampliar o impacto das iniciativas de desenvolvimento no mundo do trabalho. Na promoção da Agenda do Trabalho Decente, através da CSST, há uma importante oportunidade para a cooperação e as iniciativas de cidade-cidade. O envolvimento da OIT na CSST é ainda apresentado na secção III.

A cooperação cidade-cidade pode impulsionar ainda mais e tirar partido desta modalidade criada para implementar iniciativas colaborativas. Redes de cidades e projetos de cooperação estão sendo desenvolvidos atualmente, em alguns casos, com o apoio de várias organizações internacionais.

O apoio às atividades de cooperação cidade-cidade está crescendo. O interesse das associações e organizações nacionais e internacionais cresceu, assim como as iniciativas das autoridades locais, por iniciativa de líderes da cidade, permitem que a experiência da cooperação cidade-cidade se amplie consideravelmente, tanto no campo de ação como na prática. As tendências da política internacional sugerem que a capacidade das cidades para trabalharem diretamente com os cidadãos locais, a fim de resolver os problemas locais, está aumentando. A cooperação cidade-cidade tem sido identificada como um componente economicamente viável e sustentável para alcançar esse objetivo e já existem vários exemplos de cidades que trabalham em conjunto em questões de interesse comum, com um impacto no desenvolvimento econômico e social local (DESL). Tais experiências permitem a troca de conhecimentos nos grupos de pares, bem como a transferência de práticas de sucesso para novos contextos.

As comunidades, cidades e governos estão cada vez mais recorrendo às estratégias de **desenvolvimento econômico e social local** em resposta aos seus desafios em matéria de desenvolvimento e no processo de descentralização.

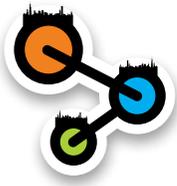
³ http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcms_172577.pdf



As intervenções de baixo-para-cima, que respondem às necessidades locais, surgem como principais estratégias para a criação de empregos decentes, onde eles são mais necessários. A promoção do desenvolvimento econômico e social local indica a intenção de impulsionar a criação de emprego, com base nas vantagens comparativas e as características únicas das localidades. As reformas para a descentralização, que avança em muitos países, proporcionam amplas oportunidades para explorar o potencial das economias locais. As estratégias de DEL promovem uma coerência política mais forte entre os níveis nacional e subnacional, durante a comunicação com as cadeias de valor transfronteiriças e os mercados. A OIT está a apoiar os seus constituintes na elaboração de estratégias integradas de trabalho decente para o desenvolvimento local, através da construção de capacidades locais para a elaboração de políticas eficazes, do planeamento do desenvolvimento sistêmico e da implementação de estratégias.

Desde a assinatura do seu acordo de cooperação, a CGLU e a OIT consolidaram seu empenho comum e suas atividades relacionadas ao desenvolvimento econômico e social local e a Cooperação Sul-Sul e triangular. Em novembro de 2012, um evento de aprendizagem de pares, com foco na higiene, saúde e mercados, decorreu em Maputo, Moçambique. Experiências foram compartilhadas com cidades do Brasil (Belo Horizonte e Porto Alegre) e da África do Sul (Durban). Isto levou à adoção de um roteiro sobre a Cooperação Sul-Sul entre as cidades. O desenvolvimento econômico e social local e a Cooperação Sul-Sul também foram discutidas em duas reuniões que envolveram cidades intermediárias do Norte e do Sul, em Durban (abril de 2013) e Lleida (Espanha, junho de 2013). Além disso, o intercâmbio de aprendizagem de pares foi desenvolvido entre Maputo e Durban, para feirantes (junho e agosto de 2013). Estes primeiros eventos são apresentados com maiores detalhes na secção 5 deste manual.





2

Desafios no e do mundo do t o mundo das

Atualmente, as cidades estão enfrentando uma série de desafios para alcançarem o desenvolvimento econômico e social. A crise financeira global afetou os mercados de trabalho em todo o mundo. A situação mundial do emprego vem se deteriorando. Todos os atores políticos e os parceiros sociais expressam grande preocupação com o desemprego. Neste contexto, o papel das autoridades locais na implementação de novas estratégias em parceria com as organizações de empregadores e de trabalhadores para a criação de empregos decentes é da maior importância. As agendas de trabalho nacionais devem reconhecer a importância do papel das cidades como motores do crescimento econômico, locais de oportunidade econômica e como os principais fornecedores de bens e serviços para as suas populações. As cidades e governos locais devem ser posicionados para explorar os potenciais da urbanização, bem como o potencial da descentralização da agenda de trabalho, a fim de proporcionar o crescimento, promover o trabalho decente e melhorar os meios de subsistência para as suas populações, que crescem rapidamente.

O mundo do trabalho está mudando rapidamente. Isto também afeta a vida e o bem-estar das cidades. -

No seu relatório⁴ para a Conferência Internacional do Trabalho de 2013, o Diretor Geral da OIT, Guy Ryder, destacou sete desafios, seis dos quais têm um impacto direto sobre os assentamentos urbanos: a evolução demográfica, a transição para a sustentabilidade ambiental, a marcha da tecnologia, as mudanças dos perfis da pobreza e da prosperidade, a desigualdade crescente e o desafio da justiça social, e o caráter mutável da produção e do emprego. Estes desafios têm um impacto direto sobre o desenvolvimento das cidades. Há uma preocupação crescente entre os governos locais para criar empregos produtivos e garantir um número mais elevado de oportunidades de trabalho decente.

⁴ “Rumo ao centenário da OIT: Realidades, renovação e compromisso tripartido” http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_213836.pdf

Encontro do mundo do trabalho com o mundo das cidades

Alterações Demográficas

De acordo com as atuais taxas de crescimento, a população mundial deve atingir 9,6 bilhões de pessoas em 2050, quando sete em cada dez pessoas estarão vivendo nas cidades, com grande parte do crescimento urbano ocorrendo nos países em desenvolvimento. Desde 2007, mais da metade da população do mundo vive em áreas urbanas. As cidades deverão absorver todo o crescimento da população, especialmente nos países menos desenvolvidos. O crescimento da população está portanto a tornar-se um fenômeno urbano concentrado no mundo em desenvolvimento.

No geral prevê-se que a população mundial envelhecerá, com a idade média passando de 28 anos em 2009 para 38 em 2050. Nos países em desenvolvimento, no entanto, a proporção de pessoas idosas em comunidades urbanas aumentará 16 vezes, passando de cerca de 56 milhões em 1998 para mais de 980 milhões em 2050.

Essas mudanças têm duas implicações diretas para a criação de emprego e a proteção social. A cada ano, durante os próximos cinco anos, cerca de 44,5 milhões de trabalhadores entrarão no mercado de trabalho, um total de mais de 222 milhões de pessoas em busca de um emprego novo e decente.⁵ A proteção social deverá ser vista como um investimento e não um custo. Além disso, as distintas tendências demográficas e de rendimento já estão a aumentar a pressão demográfica, com uma perspectiva crescente.

O crescimento da população continua a levantar sérias dúvidas sobre a capacidade do planeta em fornecer os recursos para uma vida decente.

⁵ *Ibid*



Transição para a sustentabilidade ambiental

Os atuais padrões de consumo e produção representam o uso não sustentável e perda de recursos naturais. A necessidade de ir em direção a um mundo do trabalho de baixo carbono agora é normalmente aceita. Centenas de milhões de pessoas em áreas urbanas de todo o mundo serão afetadas pelas mudanças climáticas.

A vulnerabilidade dos assentamentos humanos aumentará como consequência do aumento do nível do mar, inundações nas regiões interiores, importantes eventos climáticos frequentes e mais fortes, um planeta mais quente e a propagação de doenças. As alterações climáticas podem piorar o acesso aos serviços urbanos básicos e à qualidade de vida nas cidades. A mais afetada é a população pobre urbana - moradores de favelas em países em desenvolvimento. No contexto urbano, a sustentabilidade ambiental é também uma pré-condição para as empresas e os empregos sustentáveis, bem como para os serviços públicos de qualidade.



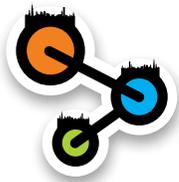
Novos aspectos da pobreza

A Declaração de Filadélfia⁶ afirma que “a pobreza constitui um perigo para a prosperidade de todos”, e isto exige que a luta contra ela seja realizada com incansável vigor. Hoje, os pobres urbanos são muitas vezes condenados a uma vida sem direitos básicos e sem esperança de educação ou trabalho decente. Numa declaração⁷ feita em Nairóbi, Quênia, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, reafirmou que os desafios da pobreza urbana podem ser superados. Em 2005, de 1,4 bilhões de pessoas que viviam em extrema pobreza (abaixo de US\$ 1,5/dia), 30 por cento vivia em áreas urbanas.⁸ No leste da Ásia esse número aumentou para 50 por cento, e na América Latina e no Caribe, Oriente Médio e África do Norte, nas regiões mais urbanizadas, a maioria dos pobres vive em áreas urbanas. A pobreza é cada vez mais um fenômeno urbano.

⁶ http://www.ilocarib.org.tt/projects/cariblex/conventions_23.shtml

⁷ <http://www.un.org/sg/statements/?nid=6734>

⁸ IFAD, Relatório sobre a Pobreza, 2011, <http://www.ifad.org/rpr2011/report/e/rpr2011.pdf>



O acesso ao trabalho decente é a chave para acabar com a pobreza. A OIT ganhou amplo apoio para este princípio, que deve ser a pedra angular da agenda de desenvolvimento, pós-2015, das Nações Unidas. Quando o trabalho não se qualifica como decente, ele não permite “trabalhar para sair da pobreza”.

Cidade de Makassar e Catadores do Lixão – Indonésia

Aproximadamente 1.000 pessoas ganham a vida coletando garrafas, resíduos de alumínio e plásticos no lixão Antang. 30% dessas pessoas são crianças, dois terços delas concluíram apenas o ensino primário. Estas crianças enfrentam muitos riscos de saúde e segurança e têm pouca ou nenhuma proteção social.

A OIT colaborou com uma ONG local, o Ministério do Trabalho e Transmigração, o Escritório dos Assuntos Sociais e a Secretaria de Educação local para criar um programa para estas crianças e proporcionar-lhes a educação e as capacitações necessárias para encontrarem empregos decentes e saírem do estado de pobreza. O programa consiste em um curso propedêutico de alfabetização e aritmética para crianças, baseado em uma versão simplificada do currículo nacional de educação. Este programa é fortemente aprovado e apoiado pelo governo local de Makassar, o que aumentará o seu impacto e sustentabilidade a longo prazo.

Conquistas

- O programa presta apoio educacional a 67 crianças, que atualmente frequentam a escola para evitar a abandono escolar.
- É fornecida capacitação para 40 jovens, com idades entre 15 e 17 anos, para que eles possam encontrar empregos decentes.
- Foram inscritas com sucesso 12 crianças na escola, provenientes de abandono escolar precedente.

Os assistentes sociais, pessoal de campo e outras partes interessadas receberam formação como esforço para aumentar a capacidade local no combate ao trabalho infantil no lixão.

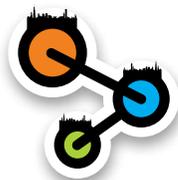
Desigualdades, um desafio para a justiça social

Um dos conceitos fundamentais da Organização Internacional do Trabalho é que uma paz duradoura não é possível sem justiça social. Há uma profunda preocupação no que diz respeito à desigualdade no mundo. Desde 1990, o PNUD criou um Índice de Desenvolvimento Humano levando em conta as consequências negativas da desigualdade, através dos índices de expectativa de vida, educação e renda. “As pessoas na África subsaariana sofrem as maiores perdas devido às desigualdades em todas as três dimensões, seguidas pelo Sul da Ásia, a América Latina e o Caribe.”⁹

Além da distribuição desigual da renda, existem outras bases de desigualdade e de discriminação direta em relação ao sexo, raça, religião e origem social ou outros motivos. Por exemplo, a desigualdade salarial mundial permanece muito elevada.

Padrões de exclusão afetam os indivíduos e grupos em diferentes áreas, tais como a exclusão do acesso aos bens, serviços, mercado de trabalho, terra, segurança e direitos humanos. A falta de serviços e recursos adequados impede que alguns membros da sociedade contribuam efetivamente para o seu funcionamento. Isso resulta em desvantagens econômicas, sociais, políticas e culturais. As cidades, hoje em dia, enfrentam desafios para fornecerem um acesso adequado aos bens e serviços a todos os seus habitantes. A inclusão social é a resposta política à exclusão.

⁹ <http://hdr.undp.org/en/statistics/ihdi/>



3 Promover a cooperação Sul-Sul e econômico e

A Cooperação Sul-Sul é complementar à tradicional cooperação Norte-Sul e resume a ideia que, através de um espírito de solidariedade, os países em desenvolvimento podem fornecer soluções sustentáveis para os seus próprios problemas e com menor custo. Os esforços da Cooperação Sul-Sul - incluindo a identificação de experiências bem sucedidas num país e a sua adaptação e aplicação noutro - são um complemento importante para a divulgação dos resultados do trabalho decente nos quatro objetivos estratégicos da OIT. Ao mesmo tempo, permite a formação de redes de países em desenvolvimento e doadores tradicionais em esquemas triangulares, que contribuem para uma globalização justa. Para os países que financiam iniciativas da Cooperação Sul-Sul, a OIT pode desempenhar um papel importante não apenas como um canal de apoio, mas também como uma instituição que maximiza o retorno dos recursos financeiros, logísticos e técnicos. O presente trabalho reúne algumas das principais boas práticas no âmbito dos quatro pilares das atividades da OIT.

A Agenda do Trabalho Decente e os seus quatro pilares estão no cerne da Organização Internacional do Trabalho, orientando o seu trabalho de desenvolvimento em todo o mundo.¹⁰ O trabalho decente resume as aspirações de homens e mulheres, nas suas vidas profissionais, oportunidades e renda bem como nos

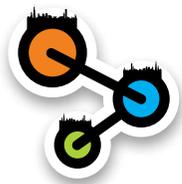
¹⁰ <http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/decent-work-agenda/lang--en/index.htm>

Cooperação cidade- o desenvolvimento social local



seus direitos, voz e reconhecimento, estabilidade familiar, desenvolvimento pessoal, equidade e a igualdade de gênero. Através da Agenda do Trabalho Decente, os países são capazes de definir as suas prioridades e metas no âmbito dos quadros nacionais de desenvolvimento e podem enfrentar os grandes déficits de trabalho decente por meio de programas eficientes que englobem cada um dos quatro pilares estratégicos. O trabalho decente é fundamental para os esforços de redução da pobreza e é um meio para alcançar um desenvolvimento equitativo, inclusivo e sustentável.

Os membros da OIT e os seus parceiros apoiam a Cooperação Sul-Sul e triangular, pois esta é guiada pelos princípios da solidariedade e da não-condicionalidade, enquanto promovem a cooperação entre os países em desenvolvimento. Esta parceria entre iguais é fundamental para a integração da Agenda do Trabalho Decente (ATD). Esta cooperação pode assumir a forma de troca de conhecimentos e transferência de soluções oriundas do Sul em matéria de desenvolvimento, com o apoio da comunidade de doadores e do sistema multilateral no âmbito de acordos triangulares inovadores, que ainda mantêm a dimensão horizontal e características próprias do Sul.



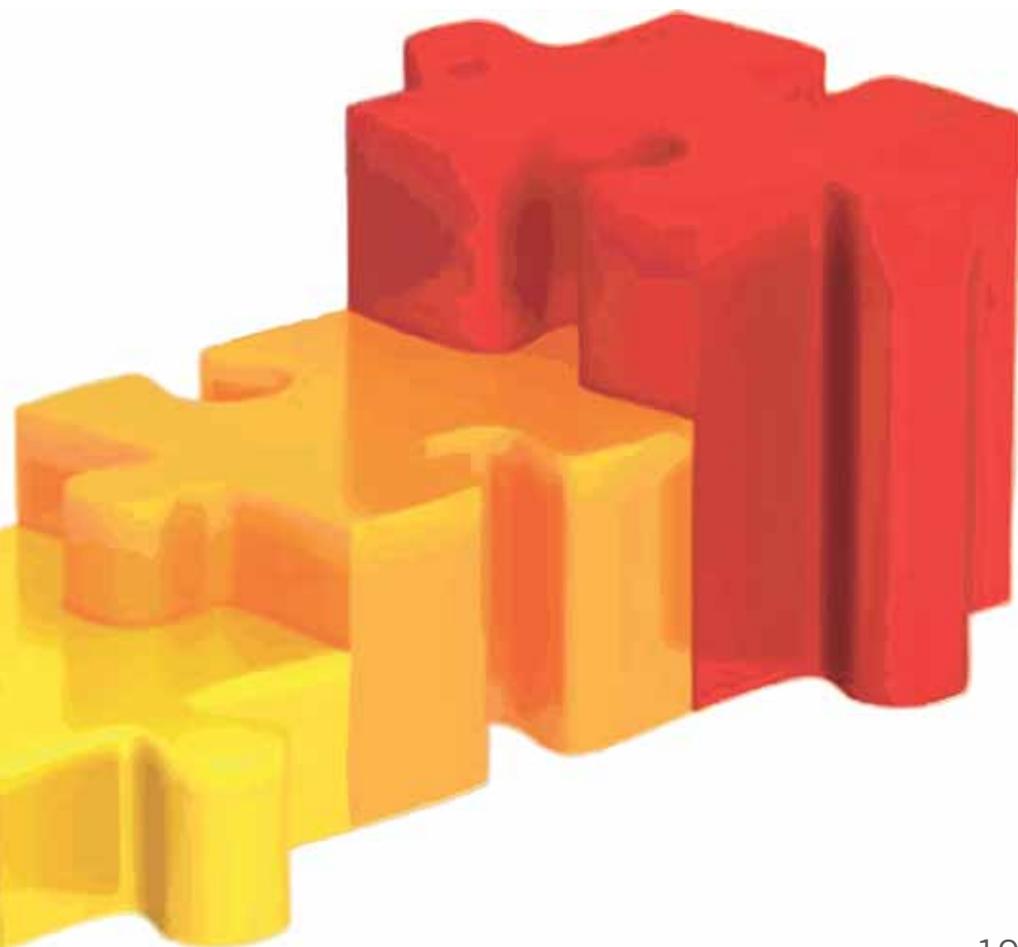
Em março de 2012, o Conselho de Administração (CA) da OIT adotou uma estratégia de Cooperação Sul-Sul e triangular intitulada “Cooperação Sul-Sul e triangular: o caminho a seguir”, reafirmando que a Cooperação Sul-Sul e triangular é fundamental para a integração da ATD. A OIT empenhou-se em vários projetos envolvendo acordos de Cooperação Sul-Sul e triangular para tratar de questões como o trabalho infantil, segurança social, investimento em emprego intensivo e capacitação de membros. Da mesma forma, o Centro Internacional de Formação da OIT, em Turim, tem desempenhado um papel fundamental na facilitação das iniciativas de formação e capacitação no programa de Cooperação Sul-Sul e triangular. O fortalecimento da capacidade de resposta nacional e os mecanismos de coordenação bem como o compromisso dos parceiros sociais é fundamental para a sustentabilidade dos resultados e ações. Os parceiros promotores da economia social e solidária e a cooperação cidade-cidade bem como o desenvolvimento econômico e social local, estão trabalhando com o CIF de Turim e o Departamento de Parcerias e Apoio de Campo (PARDEV) da OIT para promoverem estas formas inovadoras de empenho, especificamente através da Academia de Economia Social e Solidária.

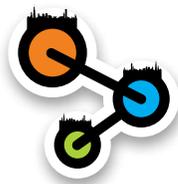
O novo quadro de desenvolvimento, que guiará a agenda pós-2015, precisa de incorporar uma dimensão social fundamental, juntamente com as questões ambientais e econômicas. É claro que as estratégias e mecanismos da Cooperação Sul-Sul e triangular são vitais para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015, e para a construção do mundo do trabalho sustentável pós-2015. Além destes desenvolvimentos e a crescente importância dos mecanismos de Cooperação Sul-Sul e triangular, considerou-se necessário apresentar algumas dessas atividades num guia prático. Esta publicação está focada nas boas práticas da Cooperação Sul-Sul, que ajudam a integrar a Agenda do Trabalho Decente (ATD) e são apresentadas nos seus quatro pilares: princípios fundamentais e direitos no trabalho, criação de emprego, proteção social e diálogo social. As práticas foram selecionadas com base no cumprimento de, pelo menos três critérios que são coerentes com a estratégia da OIT para a Cooperação Sul-Sul e triangular. Uma das prioridades no âmbito da estratégia da OIT é envolver também as organizações da sociedade civil, os governos locais e uma vasta gama de parceiros que têm interesses em matéria de questões urbanas.



O trabalho da OIT na promoção de abordagens orientadas para o trabalho decente e a política econômica e social através da sua estrutura tripartida - composta por governos e organizações de empregadores e de trabalhadores - tem cada vez mais contado com a Cooperação Sul-Sul e triangular como uma ferramenta estratégica de desenvolvimento de parcerias. O tripartismo da OIT está altamente alinhado com o conceito subjacente da Cooperação Sul-Sul, ou seja, na criação de oportunidades para a troca de experiências e aprendizagem mútua entre os países em desenvolvimento. O tripartismo da OIT cria uma verdadeira plataforma para construção de consensos e de cooperação entre os atores sociais, incentivando a boa governança, promovendo a paz, a estabilidade social e industrial, e impulsionando o progresso econômico.

Neste contexto, a Cooperação Sul-Sul e triangular é um meio prático de apresentar e demonstrar a cooperação horizontal entre as cidades, enquanto se procuram soluções para os desafios que elas enfrentam na área do Trabalho Decente.





4 Cooperação para o desenvolvimento econômico e social local

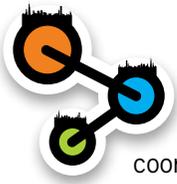
O desenvolvimento econômico e social local é uma modalidade fundamental e uma contribuição importante para as cidades e os parceiros sociais (organizações de empregadores e de trabalhadores) se envolverem no seu próprio desenvolvimento e contribuírem para o bem-estar econômico e social dos seus cidadãos. A OIT tem sido ativa neste domínio, contribuindo para tal propósito através da formação e capacitação, assessoria política e recomendações, e promoção do diálogo social a nível local.

Definição

O desenvolvimento econômico e social local é entendido como “um processo de desenvolvimento participativo que incentiva parcerias entre os principais atores públicos e privados interessados num determinado território, permitindo a implementação conjunta de uma estratégia de desenvolvimento comum, fazendo uso dos recursos locais e vantagens competitivas num contexto global, com o objetivo final de criar empregos decentes e estimular a atividade econômica”.¹¹ Uma das principais características desta abordagem é que ela reúne o governo local, o setor privado, as organizações sem fins lucrativos e as comunidades locais, encorajando-os a fazerem melhor uso dos recursos existentes e do potencial da localidade. O DESL visa melhorar as condições econômicas locais e, portanto, tem em vista atingir uma melhor qualidade de vida. Esta é uma abordagem “de-baixo-para-cima” que valoriza os atores locais, públicos e privados encarregados do investimento e dos processos associados. A nível local, as partes interessadas conhecem os recursos disponíveis e sabem como usá-los, pois elas conhecem quais são as suas necessidades específicas a serem desenvolvidas e como responder às mesmas, pois elas podem reunir-se e

¹¹ A definição da OIT LED: Canzanelli, G. (2001), Geral e aprendeu lições sobre Desenvolvimento Econômico Local, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente, documento de trabalho Universitas, a OIT, (<http://www.ilo.org/public/english/universitas/download/publi/led1.pdf>).





coordenar os recursos graças à suas familiaridades, reciprocidades, necessidades e objetivos comuns e elas podem pressionar as autoridades e canalizarem mais recursos.¹² Um processo de DESL começa quando as populações locais, em alguns casos, juntamente com as instituições nacionais ou internacionais, unem esforços para discutirem como estabelecer estratégias comuns para alcançar determinadas metas e objetivos, lidar com a questão do emprego, bem como a luta contra a pobreza e a exclusão, e a melhoria da qualidade e da competitividade do seu território. Este fórum local inicial é também o embrião do fórum participativo, que garantirá que a boa governança fará parte das estratégias de desenvolvimento local.

As comunidades, cidades e governos estão cada vez mais recorrendo às estratégias para o desenvolvimento econômico e social local (DESL) para enfrentarem os seus desafios em matéria de desenvolvimento e do processo de descentralização. As estratégias promovem uma coerência política mais forte entre os níveis nacional e subnacional, durante a comunicação com as cadeias de valor transfronteiriças e os mercados.¹³ Os esforços para o desenvolvimento econômico e social local deveriam incentivar o emprego local. O emprego gera renda, e esta, por sua vez, age como um fator essencial para melhorar o bem-estar das pessoas.



Crozet M./B.I.T

Trabalhadores informais da construção civil em Dar-es-Salaam, República Unida da Tanzânia

As atividades dos trabalhadores informais no setor da construção civil nas cidades africanas costumavam ser mal interpretadas e os seus interesses raramente eram expressados. O projeto tem uma interface de DESL visando fortalecer esses trabalhadores como um grupo, ajudando-os a compreender os problemas que eles enfrentam, permitindo-lhes identificar, planejar e implementar possíveis soluções.

Objetivos específicos

- Apoio aos trabalhadores informais no setor da construção civil para trabalharem em conjunto na identificação e resolução dos principais problemas que enfrentam nas suas vidas profissionais;
- Capacitar os agentes locais para darem continuidade às atividades, após o término do projeto;
- Documentar a experiência nos diferentes locais;
- Divulgar os resultados, para permitir a ampliação e reprodução do projeto.

Mais detalhes em: http://www.ilo.org/sector/Resources/publications/WCMS_160790/lang--en/index.htm

¹² <http://www.ilo.org/public/english/universitas/download/publi/led1.pdf>

¹³ <http://www.ilo.org/empent/areas/local-economic-development-led/lang--en/index.htm>

Atores envolvidos no desenvolvimento econômico e social local

Um ambiente local adequado é fundamental para o sucesso do desenvolvimento local, uma vez que depende muito do envolvimento das partes locais interessadas. Tanto a capacidade dos funcionários do governo local como as capacidades de outros atores públicos, privados e não-governamentais ativos a nível local são importantes neste contexto. Instituições públicas e privadas de pesquisa, PME, grandes empresas, sindicatos, ONGs locais, etc., desempenham um papel fundamental em projetos de DESL.

Como os governos locais estão encarregados de estimular a participação, eles precisam ter as capacidades e, por vezes, a origem étnica ou cultural que lhes permita conquistar a confiança das várias partes interessadas. A fim de coordenar as atividades, eles também precisam ser capazes de comunicar de modo eficaz com os vários atores regionais e nacionais.

Organizações públicas, privadas e não-governamentais na localidade devem contribuir para o sucesso do DESL, compartilhando o seu conhecimento e a sua experiência sobre temas específicos, e facilitando a participação de outros atores locais, especialmente pessoas da economia informal ou com baixa renda.

Os parceiros sociais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social local. O envolvimento das organizações de trabalhadores e de empregadores beneficia o trabalho e os meios de sustento dos seus membros e suas famílias. O desenvolvimento econômico e social local oferece-lhes a possibilidade de fazer parte de formas institucionais de participação e de diálogo social como fóruns de DESL, grupos de facilitação do desenvolvimento das cadeias de valor e de comitês de direção do projeto. Isso também lhes dá a oportunidade de compartilharem experiências de boas práticas neste tipo de desenvolvimento horizontal com outras organizações nacionais e internacionais. As organizações de trabalhadores podem aumentar a conscientização e fazer campanha por melhores condições de trabalho e respeito dos direitos dos trabalhadores e dar voz a outras questões trabalhistas (acesso aos serviços básicos, a igualdade, etc.); melhorar a informação e a comunicação mais sistemática sobre as condições do mercado de trabalho local, chegar até aos trabalhadores não-organizados e demonstrar os benefícios da ação coletiva; e aumentar a representação e a participação por adesão direta e construção de alianças. Isso pode ser feito a nível nacional e internacional. As organizações de empregadores e os seus membros envolvidos em atividades de DESL podem ajudar a melhorar o ambiente empresarial local, estimular a economia local, fornecer serviços de associação para as empresas locais e atrair novos investimentos empresariais. A OIT organiza programas específicos para cada país bem como programas internacionais de formação, conferências e eventos de troca de conhecimentos sobre o DESL, muitas vezes em parceria com o Centro Internacional de Formação de Turim, a OCDE, outras agências da ONU e organizações de desenvolvimento.



Vínculo para a urbanização e descentralização

A importância do desenvolvimento econômico e social local é reforçada devido ao aumento da urbanização e descentralização em todo o mundo. A quota da parte urbana do mundo ultrapassou os 50 por cento pela primeira vez em 2008. Mais de 90 por cento do crescimento urbano neste momento está ocorrendo no mundo em desenvolvimento e cerca de dois bilhões de pessoas serão habitantes das cidades em 2025.¹⁴ Grande parte da população urbana recente tem se concentrado em grandes aglomerações - que na maioria dos casos são as capitais.¹⁵

Um novo paradigma surgiu com a urbanização no mundo em desenvolvimento e atualmente para muitos, a questão não é de como conter a urbanização, mas sim como se preparar para este fenômeno, reformulando os benefícios do crescimento econômico associado ao crescimento urbano.¹⁶

¹⁴ UN-Habitat (2006). Estado das Cidades do Mundo 2006/7. As Metas do Milênio e Sustentabilidade Urbana: 30 anos de Definição da Agenda Habitat. Londres e Virginia: Earthsca

¹⁵ OIT: Pacote de sensibilização em matéria de DEL, Módulo I, p. 9 (Genebra:2005), http://www.ilo.org/empent/Whatwedo/Publications/lang--en/docName--WCMS_112301/index.htm

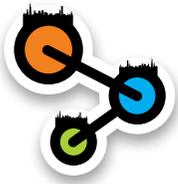
¹⁶ Banco Mundial (2010). Sistemas de Cidades. viii. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTURBANDEVELOPMENT/Resources/336387-1269651121606/strategy_exec_summary.pdf

Há também uma tendência, quer no mundo desenvolvido quer no mundo em desenvolvimento, de transferir poder e recursos para níveis subnacionais de governo. Um estudo realizado pelo Banco Mundial, no início de 1990, já indicava que 63 dos 75 países do mundo em desenvolvimento, com uma população acima de cinco milhões, estavam perseguindo ativamente políticas de descentralização¹⁷. Desde então, a tendência para a regionalização e a descentralização acelerou em muitas partes do mundo. Isto deve-se em grande parte ao facto que as cidades abrigam metade da população mundial e a descentralização criou a oportunidade para que os governos locais dessem a sua opinião e participassem nos processos de tomada de decisão. As autoridades locais estão mais capacitadas para projetar e implementar políticas de desenvolvimento, dado que os governos nacionais nem sempre estão preparados para lidar com os desafios enfrentados pelas populações urbanas.

Grandes avanços, portanto, foram feitos para delegar autoridade aos governos locais, e no momento a descentralização está instituída em cidades de todo o mundo, sobretudo em áreas tais como habitação, saneamento, saúde e educação. No entanto, em relação ao trabalho a descentralização está atrasada. Ministérios do Trabalho e as autoridades governamentais nacionais continuam a centralizar a maior parte das políticas, programas e projetos que tratam dos déficits de trabalho decente em áreas urbanas. Mesmo em países com um grau avançado de descentralização, em relação às questões trabalhistas, como a Indonésia, as autoridades locais ainda enfrentam desafios na mudança das dinâmicas locais do mercado de trabalho e da criação e reforma das estruturas legais e institucionais que tratam de questões trabalhistas, tais como a limitada competência, os recursos escassos e a falta de coerência entre os quadros nacionais e as prioridades locais, a representação inadequada ou a participação dos principais atores locais e as mulheres, entre outros.

As oportunidades de crescimento para iniciativas a nível local comportam os seus próprios desafios; após essa descentralização do poder, o grande desafio nesse sentido é descentralizar os recursos para que o governo local possa cumprir essas novas funções. As lições aprendidas neste processo podem ser compartilhadas através da cooperação horizontal e triangular entre as cidades.

¹⁷ http://wdronline.worldbank.org/worldbank/a/c.html/world_development_report_1992/abstract/WB.0-1952-0876-5.abstract1



Vínculo para a informalidade

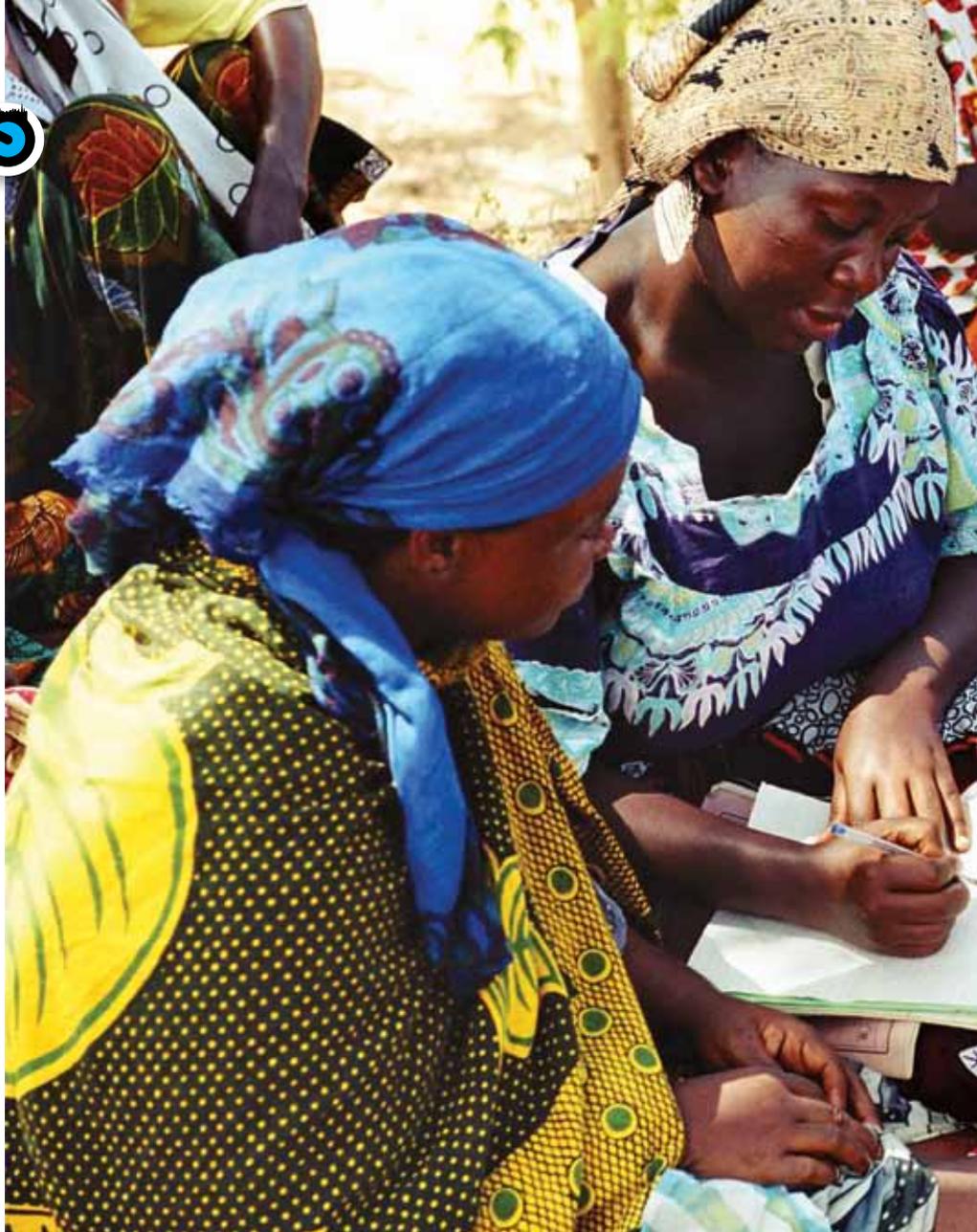
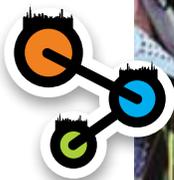
A economia informal representa uma porcentagem significativa das atividades que a força de trabalho mundial usa para ganhar o seu sustento. Nos países em desenvolvimento, o trabalho da economia informal está entre 35 e 90 por cento do emprego total e não se limita aos setores informais rurais e urbanos tradicionais.¹⁸ A informalidade é a causa das grandes diferenças salariais e de autoemprego em todo o mundo. Num mercado onde o setor informal representa uma contribuição significativa para a economia local e o emprego, o potencial e as necessidades do setor informal devem ser tratados de forma adequada, a fim de alcançar resultados no DESL, aumentar o crescimento econômico e gerar mais oportunidades de emprego a nível local.

A competitividade de uma cidade, incluindo a sua capacidade de gerar empregos, é o fator chave nos esforços para combater a informalidade. Os principais obstáculos enfrentados nesta área dizem respeito à falta de infraestruturas, à dificuldade de acesso ao capital de investimento, à falta de potencial para atrair investimentos, à falta de conhecimento para explorar os recursos, aos baixos níveis de alfabetização e de mão-de-obra qualificada e pouco acesso às comunicações e tecnologia, entre outros. É a nível local que estas dificuldades específicas podem ser identificadas e resolvidas de forma eficaz.

Devido às suas proximidades territoriais, organizacionais e sociais e ao seu conhecimento mais profundo das prioridades de suas comunidades, as autoridades locais e as organizações comunitárias são pontos de contato importantes para os atores da economia informal no acesso aos serviços de desenvolvimento social e econômico. As suas funções permitem-lhes efetuar estratégias de DESL que ofereçam oportunidades para abordagens multifacetadas e abrangentes para atualizar trabalhadores da economia informal e entidades econômicas. Os municípios dispõem de vários meios para apoiar as populações dos seus territórios a saírem da informalidade, tais como a criação de infraestruturas básicas, o apoio ao desenvolvimento das PMEs, a promoção de parcerias público-privadas, visando especialmente o apoio aos desfavorecidos, facilitando a criação de emprego, etc. Tais medidas devem idealmente abordar o diálogo e a inclusão sociais, o desenvolvimento econômico, a promoção do emprego e a proteção social.

¹⁸ Emma Wadie Hobson em “A importância da economia informal para o Desenvolvimento em África” (“The importance of the informal economy for Local Development in Africa”)





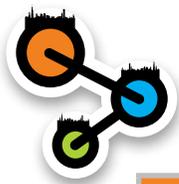
Cooperação cidade-cidade e economia solidária

A economia social e solidária (ESS) tem um papel distinto e importante a desempenhar na busca de soluções para a criação de emprego. Ela pode ajudar a responder às necessidades dos membros que foram ignorados ou inadequadamente tratados pelo setor público ou privado, criando uma sociedade forte, sustentável, próspera e inclusiva. A noção de capital social é muito importante quando se procura compreender e promover modelos



de desenvolvimento econômico e social local inclusivos e de longo prazo.¹⁹ A inclusão dos vários atores locais é uma abordagem vencedora para o desenvolvimento de longo prazo e da autocapacitação, mesmo nas zonas rurais remotas. O intercâmbio Sul-Sul está crescendo no campo da economia social e solidária dado que a troca de boas práticas entre os países em desenvolvimento é um meio importante para alcançar tal apropriação nacional neste campo.

¹⁹ Gerando Capital Social?: O Desenvolvimento Social Econômico e Econômico Local, Estudos Regionais e Urbanos Europeus, janeiro de 2007, 14: 55-74.



Academia de Economia Social e Solidária da OIT: a promoção do desenvolvimento econômico e social local através da Cooperação Sul-Sul e triangular

A Economia social e solidária é uma realidade na vida de muitas pessoas. Ela promove os valores e princípios que se concentram nas necessidades das pessoas e nas suas comunidades. O conceito de economia social - tanto quanto a CSST - atravessa todas as quatro dimensões da Agenda de Trabalho Decente da OIT. Neste sentido, a terceira sessão da Academia de Economia Social e Solidária da OIT (Agadir, Marrocos, 8-12 de abril de 2013) colocou em evidência a complementaridade entre a CSST e a ESS. Ela também apresentou as iniciativas locais de desenvolvimento econômico e social dos países do Sul Global.

A Academia de Economia Social e Solidária da OIT (Academia de ESS) é um evento de formação inter-regional que reúne profissionais e decisores políticos de todo o mundo para compartilharem as suas experiências e encontrarem os maiores especialistas em ESS.

A Academia ajuda os participantes a entenderem melhor as áreas onde a ESS pode ser aplicada e implementada com sucesso (por exemplo, a criação de empregos, proteção social, diálogo social e empregos verdes). Eles também aprendem com as experiências sociais e de solidariedade, estratégias e ferramentas de todo o mundo, com particular ênfase no intercâmbio Sul-Sul.

Os setores da economia urbana e o desenvolvimento de iniciativas e ferramentas adequadas

Embora as economias das cidades sejam diversas, elas normalmente são administradas por um setor ou por um pequeno número de setores. Esses setores não só concentram um grande número de trabalhadores e empresas, mas muitas vezes também determinam o próprio caráter da cidade. O perfil setorial também influencia a composição do trabalho (por exemplo, a discriminação de gênero, salário, condições de trabalho e igualdade de tratamento e de oportunidades para homens e mulheres em termos de acesso aos postos de trabalho num determinado setor, ampliando assim as lacunas na desigualdade de gênero, etc.). Muitas cidades são conhecidas como “cidades turísticas”, “cidades industriais”, “cidades comerciais”, “cidades universitárias”, cidades que compensam as necessidades rurais, “cidades de serviços” ou centros administrativos. A construção, transportes e serviços públicos também são setores muitas vezes fundamentais na economia das cidades oferecendo serviços de apoio que são cruciais para o funcionamento de outros setores.

Apesar de manter uma abordagem abrangente para o desenvolvimento econômico e social local, as iniciativas devem prestar especial atenção aos setores-chave da economia urbana, uma vez que a consciência das diferenças de perfil entre as cidades bem como a importância relativa dos diferentes setores da economia é vital para os setores-chave a serem usados como pontos de entrada e como catalisadores para tais atividades. Além disso, é difícil para os governos locais - que até agora tiveram pouca ou nenhuma capacidade de lidar com o DESL - começarem a responder às necessidades de toda a economia urbana de um momento para o outro. Há, portanto, benefícios em usar uma abordagem crescente para o desenvolvimento local sustentável.

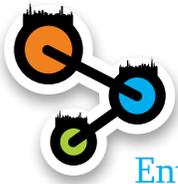
Atividades em setores-chave ou setores selecionados servem como experiência piloto para iniciar o processo e podem ser replicadas em outros setores, a longo prazo, com o objetivo final de uma abordagem intersetorial bem como para os desafios do desenvolvimento territorial e oportunidades. Mesmo quando uma abordagem não-setorial é usada num determinado município, o DESL só tem um impacto significativo se levar em conta as características específicas dos setores da economia urbana (visto que as questões trabalhistas são específicas do setor) e desenvolver soluções específicas com as autoridades locais.

Programa-piloto para promover a tecnologia baseada no trabalho, no Gana

O projeto foi implementado em dois distritos, cada um com um Subcomitê de Trabalho Produtivo e Remunerado (STPR), que é um órgão tripartido envolvendo o governo local. O Instituto de Estudos do Governo Local do Gana, que foi contratado pela OIT para a realização de atividades de formação nos distritos-piloto, posteriormente disponibilizou tais atividades a outros distritos do país sem financiamento da OIT. A OIT tem muitas atividades de trabalho envolvendo governos locais em vários países.

Objetivos específicos

Promover a tecnologia baseada no trabalho, gestão de contratos, procedimentos de aquisição e monitorização para os contratantes e consultores locais, em dois distritos-piloto no Gana: Awutu-Effutu-Senya e Ajumako-Enyan-Essian.



Envolvimento da OIT no desenvolvimento econômico e social

As abordagens de desenvolvimento econômico e social local têm sido usadas pela OIT e as agências da ONU, desde 1980, quando inicialmente foram adaptadas para facilitar a transição da guerra para a paz, por exemplo, na América Central, em Moçambique e nos Balcãs, e na transição política, por exemplo na África do Sul. As estratégias de DESL implementadas pela OIT também ajudaram grupos específicos, como os trabalhadores da economia informal e os jovens, por exemplo, no Gana,²⁰ Indonésia,²¹ Filipinas,²² e Sri Lanka.²³ Elas também foram usadas para resolver problemas sociais como a falta de proteção social, a criminalidade, a violência e o trabalho infantil por exemplo na República dos Camarões, ou em resposta à crise econômica para enfrentar a perda de emprego devido ao encerramento de indústrias e ao desemprego juvenil. Os estudos recentes da OIT também apontam para o potencial do DESL como vetor de ajuda para enfrentar o desafio da adaptação às mudanças climáticas e transição para uma economia verde.

A abordagem de DESL foi usada com sucesso, com o apoio da OIT, por 36 países a nível mundial.²⁴ Ela se concentra numa área geográfica específica, aponta os setores com potencial econômico, associa a qualidade do trabalho com a competitividade empresarial, fortalece a capacidade dos atores locais e nacionais, envolve organizações de empregadores e de trabalhadores, prioriza estratégias e ferramentas que beneficiam as populações pobres e associa o DESL às políticas trabalhistas. Estes projetos da OIT incluem uma vasta gama de intervenções que:

- estimulam o empreendedorismo, desenvolvimento de negócios e cooperativas
- melhoram a competitividade e as exportações das empresas
- atualizam as cadeias de valor para gerar benefícios locais e atrair o investimento estrangeiro e turismo
- atualizam as competências e melhoram o acesso à informação no mercado de trabalho local
- mobilizam poupança e crédito e facilitam o acesso à proteção social
- melhoram a infraestrutura física e financeira
- reforçam os quadros institucionais locais e governança
- integram as estratégias de gênero a nível local.²⁵

²⁰ OIT (2007) DEL no Gana: Enraizamento do diálogo público-privado. História DEL No. 3. Genebra, OIT. http://www.ilo.org/empent/Publications/WCMS_108578/lang-en/index.htm

²¹ OIT (2008) DEL na Indonésia: Parcerias para o desenvolvimento do turismo. História DEL No. 13. Genebra, OIT. http://www.ilo.org/empent/Publications/WCMS_108593/lang-en/index.htm

²² OIT (2007) DEL nas Filipinas: Tripartismo para o crescimento. História DEL No. 5. Genebra, OIT. http://www.ilo.org/empent/Publications/WCMS_108580/lang-en/index.htm

²³ OIT (2007) DEL no Sri Lanka: A experiência do Teatro Fórum. História DEL No. 1. Genebra, OIT. http://www.ilo.org/empent/Publications/WCMS_108576/lang-en/index.htm

²⁴ OIT, Programa Empresa Sustentável para Impulsionar as Economias Locais http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---LESD/documents/publication/wcms_175521.pdf

²⁵ Integração de Gênero nas Estratégias de Desenvolvimento Econômico Local: Um guia http://www.ilo.org/empent/Publications/WCMS_141223/lang-en/index.htm



A OIT promove o trabalho decente por meio de estratégias de DESL, desenvolvendo capacidades locais para a elaboração de políticas eficazes de planejamento, desenvolvimento sistêmico e implementação de estratégias. Esse apoio é muitas vezes destinado a mulheres e homens que vivem em áreas rurais. A abordagem da OIT para o DESL também promove a participação e diálogo locais, conectando pessoas e seus recursos para gerar melhores empregos e uma maior qualidade de vida para todos. As estratégias de DESL da OIT estão focadas no crescimento, na redução da pobreza e inclusão social, que incluem o uso de abordagens de desenvolvimento do setor privado e ferramentas tais como o desenvolvimento da cadeia de valor, as ligações com as instituições de microfinanças, o desenvolvimento de competências, a capacitação institucional e os empregos verdes.

A fim de promover a Agenda do Trabalho Decente (ATD), a OIT ajuda os seus constituintes a integrá-la no desenvolvimento local, através da implementação de estratégias adequadas nas áreas de importância fundamental.²⁶ Isto inclui os países emergentes em situações de crise, povos indígenas, regiões desfavorecidas onde prevalece o trabalho infantil, favelas da cidade, assim como aglomerados com potencial de crescimento destinados à competitividade territorial.

Além disso, a OIT tem uma sólida experiência em administrar e facilitar a gestão do conhecimento e o compartilhamento de plataformas de conteúdos e estratégias de DESL, tendo executado com sucesso uma plataforma web, que cresceu e conta com mais de 2500 membros ativos, ao longo dos últimos cinco anos.²⁷

²⁶ O Conselho de Administração sublinhou a necessidade da OIT centrar a sua ação num número limitado de setores fundamentais, onde ela pode ter um impacto real e demonstrável: 1. A proteção dos trabalhadores de formas inaceitáveis de trabalho; 2. Emprego e capacitação para a juventude; 3. Criando e estendendo pisos de proteção social; 4. Respostas à crise, reforma e diálogo; 5. Produtividade e as condições de trabalho nas PME; 6. Trabalho Decente nas economias rurais e informais; 7. Fortalecimento da conformidade legal do local de trabalho através da inspeção do trabalho.

²⁷ <http://www.ledknowledge.org/>



Os parceiros sociais da OIT adotam cada vez mais estratégias de DESL em Programas Municipais de Trabalho Decente (PMTD), que fornecem apoio aos países sobre questões trabalhistas. Os PMTD promovem o trabalho decente como um componente chave das estratégias de desenvolvimento locais e coloca o conhecimento, os instrumentos, a experiência em sensibilização e cooperação da OIT ao serviço dos constituintes através de um quadro estrutural baseado em resultados para promover a ATD nos setores em que a OIT possui uma vantagem comparativa. O tripartismo e o diálogo social são fundamentais para o planeamento e a implementação de um programa de assistência da OIT coerente e integrado para os Estados Membros.²⁸

A implementação dos PMTD revela-se adequada, já que questões de relevância nacional em matéria de trabalho decente não se aplicam necessariamente a todos os municípios de um determinado país, além do facto de que eles não incluem outras questões específicas de cada município. Um possível plano de ação urbano integrado sobre o trabalho decente, derivado de um processo de diálogo social num determinado município, tem a vantagem de se concentrar especificamente sobre as questões locais que não podem ser abordadas em detalhes nas políticas gerais do Ministério do Trabalho. Tais programas urbanos, que são locais, são mais flexíveis e podem incluir medidas específicas, mais rapidamente do que as iniciativas a nível nacional.²⁹

A OIT foi pioneira na organização de PMTD no Brasil (Belo Horizonte, Curitiba e várias cidades da região metropolitana de São Paulo) levando a Agenda de Trabalho Decente da OIT para o nível municipal. Trata-se de um processo de diálogo social tripartido para discutir e enfrentar os desafios do trabalho decente. A inspiração para esta cooperação a nível da cidade veio das experiências a nível estadual, também no Brasil, com os programas de trabalho decente na Bahia (2007), seguido por Mato Grosso (2009). Ambas as experiências ajudaram a abrir novas áreas para futuras pesquisas sobre temas relacionados com o trabalho decente e de novas plataformas para a discussão da Agenda de Trabalho Decente de ambos os estados federais. Isso pode ser replicado em outros municípios, com um foco mais específico no desenvolvimento económico e social local. Ao nível estadual, as parcerias de “estados geminados” para a promoção do trabalho decente ou combate ao trabalho infantil foram promovidos como uma forma de cooperação horizontal, tal como no Mercosul e entre estados indianos e brasileiros. A gemação de cidades e municípios pode ser uma nova modalidade de promoção do DESL.

²⁸ <http://www.ilo.org/public/english/bureau/program/dwcp/>

²⁹ Ver, por exemplo, Van Empel, C. e Werna, E. (2010), “Participação orientada para o trabalho nos municípios: Como o diálogo social descentralizado pode beneficiar a economia urbana e os seus setores”. Departamento de Atividades Setoriais, Documento de Trabalho 280, Genebra: OIT.

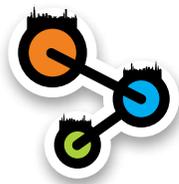
O bom desempenho das autoridades locais em matéria de DESL é imperativo tendo em conta os desafios atuais e futuros associados ao desemprego. Neste contexto, o governo local também pode ser um promotor chave da igualdade de gênero, tendo o potencial para aumentar as oportunidades para as mulheres. Isto é crucial, uma vez que a nível mundial as mulheres são mais vulneráveis a choques econômicos e são mais propensas do que os homens a terem empregos precários, a serem subempregadas ou estarem desempregadas, à falta de proteção social e a terem apenas um acesso e controlo limitados sobre os recursos econômicos e financeiros.³⁰

Promoção do trabalho decente nas cidades na Indonésia - A proteção social para os trabalhadores informais

Para colmatar as lacunas dos sistemas de proteção social, incluindo a vulnerabilidade dos trabalhadores informais, a OIT iniciou um programa piloto referente a uma abordagem de Serviço de Balcão Único (SBU) para a prestação de serviços de proteção social nas províncias do leste de Java e Molucas. O SBU é um mecanismo de coordenação que visa vincular a prestação de serviços sociais e o emprego a nível local. Ao coordenar a gestão de uma série de regimes de proteção social sob o mesmo teto, prevê-se que os centros de Serviço de Balcão Único possam aumentar o conhecimento local sobre os programas disponíveis, melhorando assim o acesso dos grupos vulneráveis aos serviços sociais, incluindo os trabalhadores informais nos centros urbanos.

Os programas pilotos do SBU foram concebidos usando uma abordagem participativa, reunindo as partes interessadas, incluindo representantes do governo a nível provincial e municipal nas províncias piloto. As partes interessadas do governo também colaboraram com a OIT para realizar estudos de viabilidade antes do início do projeto piloto. O sucesso deste programa nas províncias piloto e nos centros urbanos criará o potencial para um estilo nacional de abordagem do SBU na execução do programa, resultando num banco de dados conjunto de beneficiários, juntamente com a gestão mais eficaz das informações e dos dados, o que poderia ser utilizado para implementar sistemas universais, como o seguro de saúde e para melhorar a implementação de outros sistemas tais como o seguro de emprego e serviços de emprego para melhorar a empregabilidade dos trabalhadores informais que procuram emprego formal. O programa de SBU é um modelo para disponibilizar esses serviços em todas as áreas centrais, sob o mesmo teto.

³⁰ Declaração do Sr. Sha Zukang, Subsecretário-geral para os Assuntos Econômicos e Sociais da quinquagésima terceira sessão do Comitê sobre a Condição da Mulher, Nova Iorque, 2 de março de 2009.



5 Cooperação cid desenvolvimento o caminho a seguir

Desde a assinatura do acordo com a CGLU, a OIT tem colocado grande ênfase na Cooperação Sul-Sul e triangular e na promoção do desenvolvimento econômico e social local. Em novembro de 2012, a OIT colaborou na organização de um evento de aprendizagem entre pares no âmbito da cooperação cidade-cidade, em Maputo, Moçambique.³¹ A reunião contou com a presença de representantes da cidade de Maputo e de outros municípios moçambicanos bem como de outros participantes de Durban, Belo Horizonte e Porto Alegre. Os objetivos do evento incluíram a identificação de áreas de cooperação entre Maputo e os seus parceiros sobre os desafios do trabalho decente e as oportunidades de desenvolvimento econômico e social local no contexto dos mercados formais e informais.

O evento teve dois resultados principais: a) um roteiro para a Cooperação Sul-Sul para os governos locais e b) a definição do apoio estratégico necessário para as cidades e seus parceiros desenvolverem um projeto que permita a colaboração de pares Sul-Sul e para reforçar as competências locais necessárias para a sua eficiente implementação.³² Os participantes concordaram em preparar-se para um pequeno projeto envolvendo vendedores ambulantes, e isso pôde ser considerado como uma experiência piloto para um projeto global que reforçaria a cooperação cidade-cidade na área do trabalho decente.

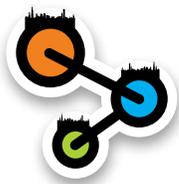
Além disso, a OIT participou no Fórum Internacional de Lleida sobre as Cidades Intermédias (28-29 de Junho de 2013, Lleida, Espanha) que visava promover a cooperação entre as cidades intermédias. Mais uma vez, a Cooperação Sul-Sul e o desenvolvimento econômico e social local estiveram no centro das discussões.

³¹ Organizado pela CGLU e a OIT, com o apoio da União Europeia, do Ministério Norueguês das Relações Exteriores e da Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAMM).

³² Evento de aprendizagem por pares em Maputo, Moçambique, “Higiene, Saúde e Mercados”, relatório da aprendizagem No. 3. http://www.ilo.org/pardev/south-south/WCMS_193464/lang--en/index.htm

ade-cidade e econômico local –





Ano Internacional da cooperação no domínio da água: acordos públicos comunitários na América Latina

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou, em 2010, que o acesso à água potável é um direito humano e declarou 2013 como o Ano Internacional da Cooperação no domínio da Água. Um bom exemplo da prossecução dos objetivos é a assinatura dos Acordos Públicos Comunitários (APC) entre vários sindicatos dos trabalhadores do setor da água da América do Sul, organizações sociais e operadores públicos do setor da água, com base numa iniciativa criada em Paso Severino, no Uruguai, em 2009.

Um APC é um acordo entre duas ou mais partes para troca de conhecimentos e experiências para melhorar e agilizar a gestão pública dos operadores do setor da água e saneamento básico ou dos sistemas de autogestão de abastecimento de água. É uma ferramenta estratégica que ajuda a melhorar as políticas e sistemas existentes e a incorporar novas tecnologias e alternativas de gestão. Destina-se a reforçar as competências locais e nacionais que envolvem comunidades, organizações, movimentos sociais e trabalhadores promovendo processos de cooperação internacional com base na solidariedade, reciprocidade, fraternidade, transparência, equidade, justiça social e ambiental e respeito pela autonomia dos povos e dos seus processos sociais, públicos e comunitários de gestão da água.

Aprendizagem com pares em Maputo



Os participantes do evento³³ obtiveram informações em primeira mão sobre os desafios enfrentados no mercado de Maputo, bem como as respostas do Conselho Municipal de Maputo. Experiências e sugestões foram apresentadas por representantes de Belo Horizonte, Porto Alegre e

Durban. Os mercados precisam de infraestrutura adequada incluindo drenagem, bancas, instalações sanitárias e sistemas de gestão de resíduos. O Município respondeu enfrentando as questões de higiene e saúde pública e desenvolveu uma estratégia para a gestão de resíduos. Os representantes das duas cidades brasileiras, Belo Horizonte e Porto Alegre, que têm uma considerável experiência no apoio à economia local e às pequenas empresas, desenvolveram estratégias claras para envolver o setor privado no desenvolvimento de competências de gestão de pequenas empresas. Um participante de Belo Horizonte também aproveitou para visitar outros locais em Moçambique. Ele enfatizou a necessidade de criar um ambiente favorável para os negócios e para desenvolver trabalho em equipe. O participante de Durban destacou a importância de se afastar “de uma mentalidade de regulamentação para um paradigma essencialmente diferente, que vê os comerciantes informais como uma força vital das cidades, e trabalhar em parceria com eles”. No final da atividade de aprendizagem entre pares, os participantes comprometeram-se a desenvolver novas atividades Sul-Sul entre as cidades.

³³ http://www.ilo.org/pardev/south-south/WCMS_193464/lang--en/index.htm

Maputo, roteiro na Cooperação Sul-

O roteiro foi adotado num workshop dedicado à cooperação cidade-cidade, organizado pela cidade de Maputo, CGLU, ANAMM, OIT, o Ministério Norueguês para a Cooperação, e a Aliança de Cidades. Os representantes do governo local de Maputo e de outras cidades moçambicanas, Belo Horizonte (Brasil), Porto Alegre (Brasil) e Durban (África do Sul) participaram no evento. Este roteiro reforçou o compromisso explícito dos participantes para o desenvolvimento e implementação da Cooperação Sul-Sul e triangular entre as autoridades locais na área do desenvolvimento econômico e social local e o trabalho decente.

Os participantes –

- 1) Expressam a sua satisfação com a Cooperação Sul-Sul e triangular (CSST), a troca de conhecimentos iniciada em Maputo no setor dos mercados formais e informais, o desenvolvimento econômico e social local e a promoção do Trabalho Decente. A ênfase do workshop foi sobre o papel dos governos locais na melhoria das condições de trabalho, higiene, saúde, gestão de resíduos e na criação de condições de trabalho decente e emprego nos mercados da cidade.
 - A troca de experiências com outras cidades (Belo Horizonte, Durban, Porto Alegre e algumas cidades moçambicanas), juntamente com as apresentações detalhadas e visitas de campo ao mercado de Maputo, ajudou a identificar as áreas estratégicas para a cooperação: abordagem inclusiva para o desenvolvimento da comunidade, o envolvimento das associações locais, parceiros sociais e líderes de mercado nos serviços públicos. Áreas críticas tais como gestão de resíduos, limpeza e instalações sanitárias

e as condições de higiene relacionadas com os animais, também foram destacadas. Algumas abordagens práticas foram sugeridas pelos atores locais.

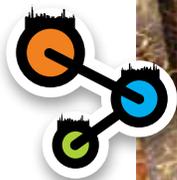
- 2) Reiteram a sua intenção de continuar a trabalhar em conjunto no desenvolvimento de capacitação e troca de conhecimentos entre os municípios no mesmo âmbito horizontal e de contribuir para desenvolver um programa de Cooperação Sul-Sul do governo local.

- De forma a prosseguir a troca de conhecimentos, foi definido um conjunto de oportunidades e os participantes tomaram nota do seu papel na preparação e na organização destes eventos. No planeamento, já estavam programadas atividades em Dakar em dezembro de 2012, no âmbito das *Africitiés*;³⁴ em Durban, em março de 2013, para desenvolver as capacidades das cidades intermédias para o desenvolvimento local (da África do Sul, Malawi, Namíbia, Quênia, Moçambique e Brasil); em abril de 2013, uma mesa redonda em matéria de política de cooperação Sul-Sul foi instituída no âmbito do Congresso Nacional das Autoridades Locais no Brasil. A CGLU apoiou essas atividades e o envolvimento da OIT foi solicitado, especificamente no que diz respeito a uma estreita cooperação entre Belo Horizonte e Durban através dos respectivos escritórios nacionais da OIT.

³⁴ <http://www.africites.org/>

Sul e triangular para governos locais

- 3) Convidam outros governos locais e regionais, tanto do Norte como do Sul para participarem da experiência de CSST, dado que conhecimentos semelhantes podem ser adquiridos através do reforço da rede de CSST entre os líderes e os governos locais/regionais para desenvolver a partilha de informações e atividades de aprendizagem entre pares, na área do trabalho decente e desenvolvimento local.
 - Acordos de cooperação existentes e previstos entre cidades do Sul (entre Porto Alegre e cidades moçambicanas, entre Belo Horizonte e Maputo - em processo), entre Durban e cidades da África do Sul), e entre o Norte e o Sul como no caso de Barcelona e Maputo, são vistos como oportunidades para prosseguir a troca de conhecimentos na área de planeamento estratégico, incluindo o desenvolvimento econômico e social local e o Trabalho Decente.
- 4) Solicitam aos municípios, associações de governos locais e os seus parceiros na CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos) para contribuírem para a CSST, a nível político e prático.
 - A experiência na CSST é vista como particularmente relevante para a determinação da agenda internacional de desenvolvimento em matéria de documentos políticos, existentes e futuros, da CGLU e da pesquisa conjunta desenvolvida pelos municípios.
- 5) Convidam a CGLU e a OIT para aumentarem as suas participações na CSST, nas suas atividades conjuntas.
 - Nesta perspectiva, a pesquisa conjunta e a partilha de conhecimentos devem contribuir para a inclusão do DEL, do Trabalho Decente, do quadro pós-2015 e do acompanhamento da Conferência Rio +20 (contribuindo para a criação de cidades sustentáveis).
- 6) Comprometem-se a partilhar esse roteiro nas suas redes, juntamente com um relatório conciso indicando as Boas Práticas, segundo os critérios de Sustentabilidade, Inovação e Cooperação Horizontal.
- 7) Comprometem-se em organizar uma sessão especial dedicada ao DEL, durante o Congresso da CGLU, em Rabat.
 - Esta sessão será uma oportunidade para reunir conhecimentos e experiências em matéria de CSST adquiridos nos eventos acima mencionados.
 - Esta sessão será uma oportunidade para reunir conhecimentos e experiências em matéria de CSST adquiridos nos eventos acima mencionados.



© Crozet M./BIT

Cooperação cidade-cidade com feirantes

Além do roteiro, a OIT e a CGLU concordaram em desenvolver a Cooperação Sul-Sul e a cooperação cidade-cidade para reforçar as capacidades e as competências de negócios dos feirantes. O projeto envolve as cidades de Maputo e Durban, e a primeira visita foi realizada em junho de 2013. Além da visita, o projeto inclui mais três atividades: (1) um encontro em Maputo para preparar e acompanhar as atividades de formação; (2) uma sessão de formação sobre a capacidade organizacional (capacitação em liderança e empreendedorismo) para vendedores de alimentos em Maputo, por um formador de Durban do Instituto Municipal de Aprendizagem (MILE) ou da Unidade de Estudos de Negócios (BSU); e (3) a compilação das informações sobre as atividades, para que estas possam ser ampliadas e replicadas.

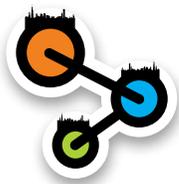
A delegação de Maputo era composta por nove participantes, incluindo funcionários do governo local e representantes de vendedores e transportadores de mercadorias. O principal objetivo da atividade foi a transferência de conhecimento relacionado com a forma como os trabalhadores, microempresários e o governo local de Durban realizam os seus respectivos trabalhos. As atividades incluíram visitas a mercados locais, uma sessão de formação em competências de sensibilização e debates entre pares dos trabalhadores, empresários e funcionários do governo local. Os representantes dos trabalhadores e microempresários receberam informação sobre aspectos importantes relacionados com o reforço de seus negócios. Foi fornecida informação aos funcionários do governo local sobre como apoiar os trabalhadores do mercado e os microempresários. Ambos os grupos de representantes foram incentivados a partilhar o conhecimento recebido com os seus pares em Maputo.



Esta atividade faz parte do projeto³⁵ a ser desenvolvido no âmbito de uma parceria entre a OIT e a CGLU. O objetivo é promover a capacidade dos governos locais para criarem um ambiente mais adequado ao DESL, com foco em setores específicos da economia urbana, reforçando as oportunidades para promover o trabalho decente. A iniciativa tem uma abordagem abrangente para o DESL, usa os setores da economia urbana como pontos de entrada e como catalisadores para as atividades, visa a troca de conhecimentos (visto que as questões trabalhistas são específicas do setor) e desenvolve políticas locais de inclusão social e de solidariedade.

Em junho de 2013, a cidade de Lleida (Espanha) organizou um fórum internacional para as cidades intermédias (populações que variam de 50.000 a 500.000 habitantes). As cidades intermédias dependem amplamente do desenvolvimento econômico e social local para o seu bem-estar econômico. O DESL foi, portanto, a principal questão entre os participantes. A composição do grupo que incluiu participantes da África do Sul, Moçambique, Brasil, Indonésia, Marrocos, Espanha, Argentina e Itália, é por si mesma um testemunho da importância e das oportunidades oferecidas pela Cooperação Sul-Sul e triangular entre cidades.

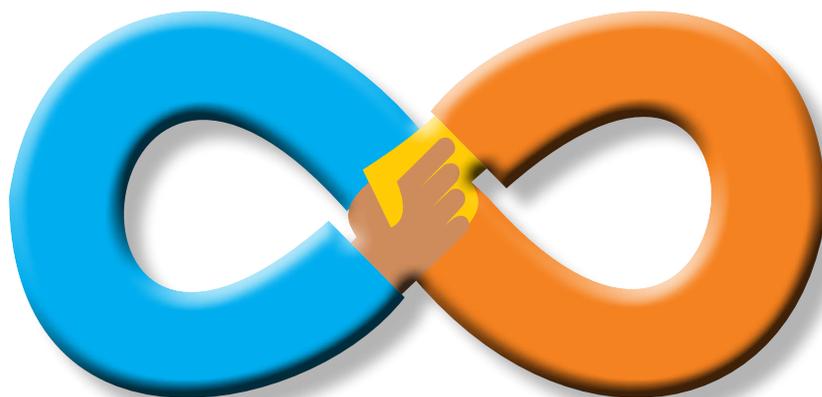
³⁵ Preparando os Governos Locais para a Agenda de Trabalho Decente: Apoio aos Governos Locais para promover a Agenda do Trabalho Decente através do Desenvolvimento Econômico e Social Local (DESL) em Setores-Chave da Economia Urbana



Conclusão

O interesse nos vínculos Sul-Sul com o desenvolvimento econômico e social local e com a cooperação cidade-cidade tem vindo a crescer nos últimos anos. Isto foi demonstrado pela Academia de Economia Social e Solidária da OIT e através do trabalho da CGLU e da CSST pode ser fornecida uma ferramenta para a construção de redes continentais e intercontinentais em matéria de cooperação cidade-cidade e o DESL, a fim de partilhar conhecimentos e estimular o desenvolvimento. Através de um quadro de Cooperação Sul-Sul com foco no desenvolvimento econômico e social local, espera-se que as cidades e os governos locais contribuam consideravelmente para a promoção do trabalho decente. Em particular, as redes e projetos de Cooperação Sul-Sul oferecem oportunidades para partilhar as experiências e lições aprendidas com as várias parcerias municipais e internacionais sobre o desenvolvimento econômico e social local. Como mencionado acima, a cooperação internacional, horizontal e triangular é um terreno fértil para a promoção do desenvolvimento econômico e social local. Isso também facilita, promove e aumenta o reconhecimento da contribuição das cidades e dos governos locais para os resultados da agenda internacional para o desenvolvimento e de modo particular para a Agenda do Trabalho Decente.

O diálogo social é o cerne da organização econômica e social dos Estados Membros da OIT, e portanto, está no centro da Agenda do Trabalho Decente. O nível municipal reflete o trabalho realizado a nível nacional. Com isto, o papel das organizações de trabalhadores e de empregadores é semelhante ao de seus pares nacionais e ambos são essenciais para a disponibilização de consultas, informações e conhecimentos. O papel das organizações de empregadores e de trabalhadores a nível local continuará a ser essencial para a aplicação das normas internacionais do trabalho e para a efetiva realização da Agenda do Trabalho Decente e entretanto o desenvolvimento econômico e social local.



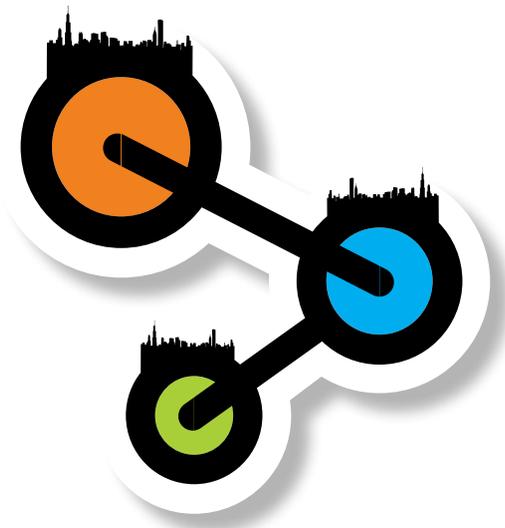
Recursos úteis

- Programa DEL da OIT – <http://www.ilo.org/led>
- Troca de conhecimentos com profissionais do DEL de todo o mundo – <http://www.ledknowledge.org>
- Sobre a CSST : <http://www.ilo.org/pardev/south-south/lang--en/index.htm>
- Sobre a CSST e Economia Solidária: http://www.ilo.org/pardev/information-resources/newsletter/WCMS_212742/lang--en/index.htm
- Centro Internacional de Formação da OIT, Turim – <http://emld.itcilo.org/en>
- Cooperação Sul-Sul e Trabalho Decente: Boas Práticas – http://www.ilo.org/pardev/south-south/WCMS_211770/lang--en/index.htm
- CGLU - Ação de Aprendizagem: <http://www.uclg.org/en/issues/action-learning>.
- Academia sobre Economia Social e Solidária, mente coletiva www.sseacb.net









ISBN 978-92-2-827993-1



9 789228 279931



Impresso em papel ao qual foi atribuído o rótulo ecológico da União Europeia, reg.nr F1/11/1, fornecido pela UPM